

A medicalização da sexualidade: o performático e o transexual¹

The medicalization of sexuality: the performative and the transsexual

Natasha Mello Helsinger²
UFRJ

Resumo: O artigo investiga a incidência do imperativo da performance e dos processos de medicalização no dispositivo da sexualidade, a fim de elucidar alguns caminhos teóricos que contribuam para que a psicanálise construa um olhar ético a respeito das novas modalidades de erotização. Primeiramente, demonstraremos como o sexo não pode ser pensado na exterioridade do biopoder e das performatividades de gênero e, em seguida, discutiremos a patologização da transexualidade. Para pensarmos os encaminhamentos que a psicanálise pode traçar nessa tematização, contemplaremos a singularidade do discurso de Freud, dando enfoque à concepção antiessencialista acerca da diferença sexual. Ademais, sublinharemos como sua enunciação, a respeito da feminilidade como originária, sinaliza uma rotura com o modelo patriarcal e com o *têlos* falocentrista. Neste sentido, resgataremos o conceito de feminilidade como uma chave de leitura para pensarmos a sexualidade para além do binômio fálico-castrado, valorando a sustentação da singularidade como resistência ao biopoder.

Palavras-chave: sexualidade; performance; medicalização; diferença sexual; resistência; feminilidade.

Abstract: This article investigates the impact of performance imperative and medicalization process in sexuality device, to put in evidence some theoretical ways that can contribute for the psychoanalysis build an understanding ethics about the new forms of eroticism. Primarily, we will demonstrate how sexuality cannot be thought of externality of biopower and gender performativity and then will be introduced the issue about the pathological of transsexuality. For highlight the referrals that psychoanalysis can trace in this discussion, we will contemplate the uniqueness of the Freudian discourse, focusing his anti-essentialist conception of sexual difference. Moreover, we will emphasize the enunciation of *femininity* as originating to demonstrate how Freud put in question the patriarchal model and the falocentrism at the end of his work. In this sense, we will redeem the concept of *femininity* to think sexuality beyond the phallic-castrated binomial, valuing the uniqueness as resistance against the strategies of the biopower.

Keywords: sexuality; performance; medicalization; sexual binary; strength; femininity.

¹ Apoio: CAPES

² Psicóloga (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro/ PUC-Rio), mestranda do Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGTP-UFRJ), membro do Espaço Brasileiro de Estudos Psicanalíticos (EBEP-RJ). E-mail: nathelsinger@gmail.com

A constituição da modernidade pode ser concebida, segundo Foucault (1961/1972), a partir da substituição da verticalidade soberano-teológica por uma configuração horizontal pautada na igualdade, o que tornou necessária a invenção de dispositivos que regulassem o *bom uso da liberdade* dos cidadãos. Foi nesse contexto que o poder disciplinar passou a operar uma “fixação, esquadrinhamento e controle permanente dos desejos e das intensidades ou devires que os percorrem” (Peixoto Junior, 2008, p. 102),

É importante sublinharmos que, entre o século XVIII e o início do século XIX, a qualidade de vida da população tornou-se um índice da riqueza das nações e é, nesta conjuntura, que podemos situar, também, a emergência do biopoder. Este, por sua vez, almeja promover a vida e programar a espécie, o que é inseparável da construção de saberes sobre o corpo-espécie e dos processos de medicalização (Foucault, 1977-1978/2008).

Como demonstrou o autor, a partir do final do século XVI, iniciou-se uma incitação da colocação do sexo em discurso que durou três séculos até que, no século XIX, o sexo foi inscrito em dois registros de saber: o da biologia da reprodução desenvolvida e o da medicina do sexo. Desse modo, a partir da atribuição de uma série de discursos verdadeiros sobre o sexo, desenvolveu-se no Ocidente uma ciência sexual cujo enfoque era o corpo, o organismo e a vida e não mais a carne, o pecado e a salvação. Neste momento, constitui-se, por exemplo, a medicina das perversões e os programas de eugenia que eram estratégias que se inscreviam em um regime médico-sexual que visava caçar as *sexualidades periféricas*. Este é um ponto fundamental, pois indica que a tecnologia do sexo opera por meio da positividade, isto é, em vez das ditas sexualidades periféricas serem excluídas, elas são incorporadas pelo saber e ganham especificações (Foucault, 1976/1977).

Esta breve introdução nos permite contextualizar o momento em que as expressões da sexualidade passaram a ser um assunto de Estado, ao ponto de serem confiscadas pelo saber médico. A partir disso, poderemos pensar como o biopoder tem operado em parceria com os paradigmas do binarismo sexual e da heteronormatividade hoje, como também, discutir como o campo psicanalítico pode contribuir para a reflexão sobre as novas modalidades de erotização.

A performance sexual e as performatividades de gênero

Diferente de Foucault (1973-1974/2006), que problematizou o saber médico e psiquiátrico a partir das categorias de normal, anormal e do patológico, Robert Castel (1987) afirma que o que está em jogo na atualidade é o reforço da normalidade e a programação da eficiência. Essa ideia vai ao encontro da hipótese de Russo e Venâncio (2006) de que as recentes categorias psiquiátricas, referentes ao campo da sexualidade, têm apontado menos para o caráter desviante do que para o âmbito performático.

Podemos entrever que as categorias psicopatológicas de *déficit* e de deficiência são correlatas ao imperativo da performance que, por um lado, propulsiona a sensação

de vergonha e, por outro, a busca por medicamentos que prometem a eficiência (Castel, 1987). No domínio psiquiátrico, encontramos, por exemplo, a categoria de Transtorno de Desejo Sexual Hipoativo³ e, no âmbito social, observamos o aumento do consumo do Viagra e da ampliação da faixa etária que o consome (Folha de São Paulo, 2009⁴).

É importante ressaltarmos que estamos considerando que o imperativo da performance inscreve-se no campo da sexualidade não apenas no sentido de exigir que as subjetividades desempenhem uma performance sexual, mas, também, por obrigá-las a seguirem as *performatividades de gênero*. Estas são, segundo Judith Butler (2013), ficções sociais que prescrevem, permanentemente, um conjunto de normas aos corpos para que esses desempenhem o estilo de gênero próprio a seu sexo biológico.

Como ilustra Berenice Bento, os modelos hegemônicos da mulher vaidosa, sensível e que anseia o matrimônio e do homem viril, competitivo e ativo sexualmente também podem gerar uma sensação de insuficiência, isto é, a “busca por implementar um modelo inatingível tem alguns desdobramentos: pode gerar sentimentos de culpa e frustração” (Bento, 2006, p. 94). É, neste sentido, que Birman (2013) defende que, em relação ao campo clínico, o imperativo da performance inscreve-se no plano do imperativo do superego (Freud, 1923/1976) e da desnarcização. Afinal, a exigência cultural de performance impulsiona, por um lado, a espetacularização da própria existência (Birman, 2000) e, por outro lado, intensifica “a desqualificação e a desvalorização do sujeito em relação a si mesmo” (Birman, 2012, p. 117).

Considerando a vergonha e a autodepreciação do sujeito como resultantes da exigência de performance, podemos entrever que esta não se relaciona apenas à perda da ancoragem narcísica, mas, também, às instâncias ideais. Por exemplo, na medida em que o sujeito se sente aquém das exigências performáticas, ele pode acabar sofrendo uma paralisação ou inibição (Birman, 2012). Como indicou Freud (1926/1976), a inibição é uma limitação funcional do eu que pode ocorrer, por exemplo, pela autopunição relacionada à severidade do supereu. Este, por sua vez, é o herdeiro do complexo de Édipo e conduz o sujeito a um duplo imperativo:

O superego (...) não é simplesmente um resíduo das primitivas escolhas objetais do id; ele também representa uma formação reativa energética contra essas escolhas: “Você *deveria ser* assim (como o seu pai).” Ela também compreende a proibição: “Você *não pode ser* assim (como o seu pai). (...) O superego retém o caráter do pai, enquanto que quanto mais poderoso o complexo de Édipo e mais rapidamente sucumbir à repressão (...) mais severa será posteriormente a dominação do superego sobre o ego, sob a forma de um sentimento inconsciente de culpa” (Freud, 1923/1976, p. 49).

Ou seja, o imperativo do supereu, por um lado, obriga o sujeito a ser de determinada forma e, por outro lado, o proíbe de o sê-lo. Neste sentido, ele opera de

³ Este transtorno é caracterizado pela deficiência no campo da fantasia e do desejo sexual, podendo se apresentar em relação a um parceiro específico e a uma determinada prática sexual, mas, também, se dar de forma mais abrangente (DSM-IV, 1994).

⁴ Folha Online. Cresce consumo de Viagra entre menores argentinos, diz pesquisa. In: *Folha Online*. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/bbc/ult272u540458.shtml>. Acesso em: 7 jun. 2014.

forma similar ao imperativo performático que, por sua vez, define os ideais que se deve alcançar e, ao mesmo tempo, dá a sensação de que eles são inatingíveis. Evidentemente, a relação entre ambos imperativos não se dá apenas pela semelhança de seu funcionamento, mas, sobretudo, pelo fato de que o próprio imperativo performático, que vem do mundo externo, incide no imperativo superegóico: “O Super-Eu unifica influências tanto do Id quanto do mundo externo, tornando-se, de certa forma, o modelo ideal para todos os anseios e reforços do Eu” (Freud, 1924a/2007, p. 97).

Ademais, o imperativo da performance é acompanhado da instrumentalização das subjetividades (Castel, 1987), que ajudam as tecnologias de controle a modular os movimentos e estabelecerem para eles uma medida (Maciel Junior, 2005). Neste sentido, podemos dizer que os dispositivos tecnológicos contribuem, por exemplo, para ratificar as *performatividades de gênero*. Por exemplo, para Berenice Bento (2006), os corpos sexuais podem ser entendidos como próteses, pois são produtos das incidências das tecnologias articuladas às construções de gênero. A título de ilustração, a autora destaca o aparelho de ecografia, afirmando que ele funciona como uma *tecnologia prescritiva*, o que indica que os corpos já nascem “mais ou menos operados (as) por tecnologias sociais precisas. Todos somos pós-operados. Não existe corpo livre de investimento discursivos, *in natura*” (Bento, 2006, p. 89).

Essa reflexão nos permite pensar que o corpo é um efeito de poder e que o sexo não é um dado *a priori*, mas, sim, uma resultante das normas que, como afirmou Judith Butler (2013), incidem nos corpos e os inscrevem na heterossexualidade compulsória. Neste sentido, a própria noção de gênero deve ser entendida como uma tecnologia social heteronormativa, na medida em que visa produzir corpos-homens e corpos-mulheres: “Para Butler, o corpo é vulnerável à linguagem, no sentido de que a linguagem, sendo performativa, opera, faz, e, sendo assim, o corpo é feito e efeito, sustentando e ameaçado pela linguagem” (Pinto, 2013, p. 36-37). Esses enunciados performativos, apesar de serem construídos historicamente, são transmitidos como “naturais”, o que dificulta a compreensão sobre as expressões singulares da sexualidade, como da transexualidade. Por isso, é importante construirmos um olhar crítico a respeito das perspectivas identitárias, pois “uma crítica da identidade interroga as condições sob as quais elas se formam, as situações nas quais são afirmadas, e (...) os limites que tais asserções implicam” (Butler, 2013, p. 26).

O paradigma da diferença sexual: da construção dos sexos aos sexos reconstruídos

Ao traçar uma genealogia do discurso da diferença sexual, Birman (2001) parte das contribuições de Laqueur (1992) para demonstrar que a sistematização desse paradigma deu-se apenas no final do século XVIII e no início do XIX. Pois, desde a Antiguidade, o que estava em pauta era o “modelo do sexo único”, constituído por Aristóteles e Galeno. Neste modelo, havia uma homologia morfológica dos corpos, pois o corpo do macho, que era concebido como ativo e perfeito, teria as genitálias exteriorizadas e essas seriam equivalentes as do corpo da fêmea, no qual as genitálias

seriam internalizadas, era visto como passivo e imperfeito. Com isso, o “modelo do sexo único” marcava uma hierarquia do corpo masculino frente ao feminino até que, com Revolução Francesa, o ideal de igualdade tornou-se imperativo, de forma que esse modelo passou a ser colocado em questão. Foi neste contexto que o discurso sobre a diferença sexual passou a se pautar na biologia: “Ser homem ou ser mulher, então, seria a consequência inevitável e insofismável de traços inscritos na estrutura do organismo” (Birman, 2001, p.46).

É importante sublinharmos que as estratégias normativas incidem nesta natureza biológica, na medida em que exigem que haja uma costura entre ela, a identidade sexual e as escolhas objetais. Isto é, há “uma costura, ditada pelas normas, no sentido de que o corpo reflete o sexo, e o gênero só pode ser entendido, só adquire vida, quando referido a essa relação” (Bento, 2006, p. 89). Assim, aqueles que não apresentam tais compatibilidades são marginalizados ou patologizados, como ocorre com os transexuais quando almejam fazer a cirurgia de mudança de sexo: “as instituições sociais e médicas devem afirmar o transgênero como uma importante realidade psíquica e social (...). Considero muito doloroso que as pessoas tenham de se submeter a essa patologização para obter assistência e reconhecimento” (Butler, 2013, p. 27-29).

Para Simone Perelson (2007), o fenômeno da transexualidade não é meramente reconhecido pela medicina, mais do que isso: a medicina participou de sua construção ao nomeá-la e ao possibilitar a intervenção cirúrgica, como também, os tratamentos hormonais. Segundo alguns autores, como Frignet (2000), isso acaba funcionando como uma oferta que produz demandas no campo social, pois na medida em que a transexualidade foi incorporada pelos campos médico e jurídico, a partir dos anos 1950, ela saiu do âmbito patológico. Esse tipo de leitura se contrapõe, por exemplo, às formulações de Butler e Bento que, ao contrário, defendem que a medicalização da transexualidade faz com que esta seja inserida, sim, no campo patológico (Perelson, 2007).

Considerando a reflexão crítica dessas autoras a respeito do naturalização do binarismo sexual, poderemos pensar como as novas modalidades de sexuação interrogam o campo psicanalítico. No que concerne a isso, um primeiro ponto importante é discutirmos a ideia levantada – por exemplo, por Geneviève Morel (2000) e Judith Butler (2010) – de que o próprio discurso psicanalítico contribui para a patologização da transexualidade, sobretudo, por aproximá-la do campo da psicose.

Para melhor compreendermos esta discussão, é importante abordarmos, primeiramente, algumas diferenças que se colocam entre a neurose e a psicose. Em “Neurose e Psicose”, Freud (1924a/2007) afirmou que na neurose haveria um conflito entre o Eu e o Id, do qual o primeiro se defenderia por meio do recalque⁵. A psicose, por sua vez, seria caracterizada por perturbações psíquicas entre o Eu e a realidade externa, o que levaria o psicótico a construir, onipotentemente, um novo mundo externo e interno. Neste sentido, o delírio pode ser entendido “como um remendo aplicado no

⁵ “Lembremos, porém, que o recalque em si ainda não configura uma neurose propriamente dita, mas sim os processos que buscam obter uma compensação pela parte danificada do Id, ou seja, é o recalque, seguido do seu posterior fracasso, que constitui a neurose” (Freud, 1924b/2007, p. 97).

lugar onde originalmente havia surgido uma fenda no relacionamento do Eu com o mundo externo” (Freud, 1924a/2007, p. 97). Em suma, enquanto na neurose o Eu mantém sua dependência com a realidade e apazigua os imperativos do Id, na psicose, o Eu deixa-se sucumbir a ele, desprendendo-se da realidade. Em maio de 1924, Freud escreveu um novo ensaio, retificando que na neurose ocorre, também, um afastamento para com a realidade, como também, uma substituição da mesma. A rigor, a grande diferença entre elas residiria no fato de que a “neurose não renega a realidade, ela somente não quer tomar conhecimento dela; a psicose renega-a e procura substituí-la” (Freud, 1924b/2007, p. 129). No que concerne a isso, é importante salientarmos que Freud reconheceu que o mecanismo da psicose não seria propriamente o recalque, mas que ainda lhe faltavam alguns esclarecimentos: “o esclarecimento dos diferentes mecanismos que possibilitam o afastamento e a reconstrução da realidade nas psicoses, e o entendimento do quanto esses processos podem ou não ser bem sucedidos é uma tarefa a ser empreendida pela psiquiatria especializada” (Freud, 1924b/2007, p. 129).

Podemos afirmar que Lacan pôde nomear e contribuir de forma mais consistente para a compreensão do mecanismo da psicose, o qual ele denominou de *forclusão* que, por sua vez, difere-se do recalque:

Se imaginássemos a experiência como um (...) pedaço de pano constituído de fios entrecruzados, poderíamos dizer que o recalque figuraria nele por algum rasgão, mesmo que grande, sempre passível de ser cerzido ou consertado, enquanto que a *forclusão* seria uma espécie de *buraco original* que nunca seria suscetível de *reencontrar sua própria substância há que esta nunca foi outra senão substância de buraco*; ele só poderia, esse buraco, ser preenchido, sempre imperfeitamente, por um “remendo” (Leclaire, 1991, p. 117).

Não pretendemos pormenorizar a conceituação de Lacan a respeito da psicose, mas, o que é importante destacarmos é que, em sua perspectiva, a função paterna, como representante da Lei, seria o operador crucial pelo qual o registro simbólico seria constituído (Birman, 2006). Neste sentido, a “função fálica só é operatória na medida em que vetoriza o desejo da criança em relação a uma instância simbólica mediadora: o pai simbólico” (Dor, 1991, p. 27). Portanto, a função paterna seria estruturante, na medida em que implicaria uma intervenção estrutural na dialética edipiana, a partir do registro da castração. Foi a partir dessa construção teórica que a psicose pôde ser entendida como uma estrutura psíquica⁶ caracterizada pela *forclusão* do Nome-do-pai, isto é, por uma falha aberta em sua essência (Vieira, 2007). A partir dessa perspectiva, alguns autores lacanianos, como Czermak, aproximam a transexualidade do campo da psicose, inferindo que ela aponta para uma impossibilidade de inscrição da metáfora simbólica:

Se, com efeito, Freud, e depois Lacan, nos ensinaram que o sujeito devia, num dado momento, vir se situar na modalidade sexual à qual ele toma a

⁶ Joël Dor sublinha que a estrutura psíquica constitui-se como uma organização definitiva, mas que não se pode perder de vista que “uma coisa é a estrutura ser irreversivelmente determinada, outra, é ser a economia do funcionamento sujeita a “variações de regime”” (Dor, 1991, p. 25).

decisão de pertencer, para o transexual, essa “escolha” – a ser entendida no mesmo sentido da “escolha da neurose” – não é permitida. (...) Pois não foi instalado para ele o que o torna possível: a metáfora simbólica, ela mesma determinada pelo reconhecimento do significante paterno (Czermak, 2012, p. 48).

Czermak relembra que, para Lacan (1972-1973/1982), a sensação de pertencimento a um sexo diferente do próprio corpo consiste em uma certeza delirante ou algo da ordem do *empuxo-à-mulher*. Pois, se o Nome-do-pai for forcluído, o sujeito fica entregue ao gozo materno sem nenhum tipo de mediação, de forma que a invasão desse gozo pode ser interpretada de forma delirante, por exemplo, como uma feminilização forçada. Este tipo de ideia contribui para que alguns psicanalistas assumam um posicionamento radical contra a cirurgia de transgenitalização, sobretudo, por meio de dois argumentos. O primeiro diz respeito à impossibilidade de mudar o real do sexo, pois, ainda que a imagem identitária seja transformada, não se pode reduzir o sexo ao gênero. Um segundo argumento é que a demanda cirúrgica aponta para uma confusão do transexual em relação ao falo simbólico e o pênis real, de forma que a operação não iria resolver a questão do sujeito: “Tentativa errônea, evidentemente, que não assegura nada, uma vez que, como dizia Lacan, o erro do transexual é “tomar o órgão por um significante”” (Czermak, 2012, p. 48).

Geneviève Morel (2000) posiciona-se de forma contrária à inscrição da transexualidade no campo da psicose, o que está no bojo de sua crítica acerca do Nome-do-pai como uma norma antropológica. A autora defende a importância de se falar mais em uma *liberdade de recusa* em relação ao universal fálico do que de uma impossibilidade de inscrição do mesmo. Essa ideia a leva a positivar o campo das *ambiguidades sexuais* (por exemplo, os transexuais) que aponta para subjetividades que não se identificam com os gêneros estabelecidos ou que almejam pertencer a um sexo inclassificável.

No que concerne a isso, é importante esclarecermos que a psicose não é considerada por Lacan como uma estrutura psíquica, em si, psicopatológica. Isto fica bastante claro em sua discussão sobre Schreber (Lacan, 1955-1956/1985), na qual o autor não concebe seu travestismo como algo patológico, pelo contrário, o positiva como uma espécie de solução. Afinal, a partir do momento em que Schreber construiu o delírio no qual ele seria a mulher de Deus e daria origem a uma nova raça de seres, ele conseguiu dar nome e endereço a seu gozo que, até então, estava “deslocalizado” (Vieira, 2007). Isso demonstra que o discurso lacaniano não patologiza a psicose, nem as formações delirantes que, pelo contrário, podem ser estruturantes: “Reportando-se ao caso do Presidente Schreber, este, por ter sido instigado a um desvio vital essencial, o de fazer o Nome-do-Pai, responder (...) ali de onde ele (...) nunca esteve, vê nesse lugar surgir essa estrutura.” (Lacan, 1957-1958/1999, p. 211).

Neste sentido, a hipótese de Morel (2000) acerca do Nome-do-pai como uma norma pode ser contraposta, pois, como defende Vieira (2007), ao pensar o delírio como a produção de um “ponto de basta”, Lacan afastou a ideia de que o Nome-do-pai é o único ponto de basta, ou seja, demonstrou que ele não é universal. Isto quer dizer que o *empuxo-a-mulher* não é considerado como algo eminentemente psicopatológico, pelo

contrário, ele pode unificar o gozo e ser entendido como uma tentativa de cura, caso funcione como uma metáfora delirante: “É a falta do Nome-do-Pai nesse lugar que (...) dá início a cascata de remanejamentos do significante de onde provém o desastre do imaginário, até que seja alcançado o nível em que significante e significado se estabilizam na metáfora delirante” (Lacan, 1955-1956/1985, p. 584).

Por questões metodológicas, não poderemos aprofundar esse debate, mas não poderíamos deixar de evidenciá-lo por alguns motivos. Em primeiro lugar, porque, para pensadores como Judith Butler (2010), supor que o transexual assume uma posição psicótica implica, sim, um olhar patologizante:

Fui conversar com alguns lacanianos outra noite e um deles disse: “Bem, mesmo se pensarmos na transexualidade como uma espécie de psicose, isso não é uma categoria patologizante, pois, quando uma pessoa fala sua psicose, ela está nos dando a estrutura da psique humana, portanto está falando uma verdade universal”. Achei aquilo um argumento bastante espantoso, porque, mesmo que o psicótico esteja falando uma verdade universal de algum modo, o fato é que está falando essa verdade a partir de uma posição psicótica e chamá-la de psicótica é invariavelmente patologizante nesse sentido (Butler, 2010, p. 163).

Em segundo lugar, esses esclarecimentos teóricos serão importantes para refletirmos, posteriormente, como o esvaziamento do registro simbólico e o declínio do modelo patriarcal (Birman, 2006) propiciam expressões singulares no campo da sexualidade. Mas, antes disto, é importante situarmos de forma mais sistemática como a psicanálise se inscreve na presente discussão, o que nos ajudará a elucidarmos alguns encaminhamentos éticos que a crítica em relação ao binarismo sexual implica.

O singular da psicanálise e o singular na psicanálise

Segundo Morel (2000), enquanto o campo da ciência apoia-se no paradigma da lei universal, no campo psicanalítico não há lei universal. Por exemplo, para o discurso psicanalítico não há nenhuma lei que explique o sexo, até porque, segundo Freud (1915/1974), qualquer objeto pode servir como satisfação da pulsão sexual. Ademais, enquanto a ciência defende uma lei universal da atração entre os sexos, a psicanálise não supõe uma complementaridade dos sexos. Isso pode ser ilustrado pela teoria sexual infantil de que só existe um órgão genital (Freud, 1905/1989) e pela hipótese de Lacan (1972-1973/1982) de que *a relação sexual não existe*.

Além da psicanálise não supor uma lei universal, devemos sublinhar que ela deve ser contemplada como singularidade discursiva, pois, como sinalizou Regina Neri (2002), a obra freudiana fundou uma *discursividade* (Foucault, 1969/1992). Como uma produção discursiva, a psicanálise deve ser contextualizada no século XIX, o que significa que ela se inscreveu em um campo histórico no qual a diferença sexual passou a ser pautada pela compreensão morfológica e biológica (Birman, 2001). Por exemplo, a formulação “A anatomia é o destino” é utilizada como epígrafe por Freud (1925/1976) em seu ensaio “Algumas consequências psíquicas sobre a divisão anatômica dos sexos”,

no qual o autor levanta a seguinte questão: como o sujeito traça sua constituição psíquica e simbólica diante da morfologia corporal? Isso indica que a anatomia não é concebida pelo discurso freudiano como algo determinante, até porque ele defende que as subjetividades são caracterizadas por uma condição bissexual (Freud, 1905/1989).

Segundo Neri (2002), o conceito de *pulsão perverso-polimorfa* (Freud, 1905/1989) também aponta para a singularidade do discurso psicanalítico, na medida em que evidencia que a sexualidade humana está para além do biologismo e da natureza. Em sua perspectiva, isto significa que o discurso freudiano rompeu com o paradigma essencialista da diferença sexual, ao colocar em questão a ordem simbólica universal como um princípio metafísico. Para aprofundar esta hipótese, a autora afirma que a modernidade pode ser pensada como um período de *feminização da cultura*, na medida em que o masculino (como paradigma do sujeito da razão) foi sendo colocado em questão. Afinal, como vimos, a ordem democrática pressupôs a quebra da hierarquia em prol da horizontalidade o que possibilitou, por exemplo, que a mulher ganhasse um lugar social. Para a autora, foi isso que permitiu com que Freud se debruçasse no estudo sobre o feminino, o que lhe possibilitou a pensar a subjetivação “para além das dicotomias corpo-espírito e ser-pensamento que marcaram toda a tradição filosófica e científica anterior à invenção freudiana” (Neri, 2002, p. 14). Neste sentido, um dos pontos que caracterizam a singularidade do discurso psicanalítico é que este emergiu para “dar conta de uma diferença que, em razão da entrada do feminino na cena social, não pôde mais ser evitada” (Neri, 2002, p. 13).

Dito de outro modo, o feminino, como singularidade, veio desconstruir o universal que, como vimos, foi atrelado durante muitos séculos ao *télos* falocentrista. Não é por acaso que, no discurso freudiano, o feminino é aproximado do irrepresentável, do enigmático e do estrangeiro; sendo assim, a diferença por excelência (Birman, 2002). Segundo Nunes (2002), isto não significa que o discurso freudiano positivou o feminino na maior parte de sua obra, pelo contrário, muitas vezes o criticou afirmando, por exemplo, que as mulheres eram frágeis, passivas, narcísicas e destruidoras e, por isso, um *continente negro*. De qualquer forma, é importante destacarmos que o texto freudiano foi atravessado por uma tensão permanente, pois, por um lado, o masculino representaria o universal e, por outro lado, o feminino seria um operador de desconstrução desse universal. Segundo Neri (2002), o que estava na base desta tensão era a distinção entre o *masculino-espírito-cultura* e o *feminino-natureza-sensorialidade*. Afinal, a figura da mulher foi aproximada da natureza – e, por isso, representam um perigo para a ordem social – enquanto o homem se aproximaria da civilização, por exemplo, por conseguir sublimar (Freud, 1930/1974). Ademais, como aponta Nunes (2002), Freud (1905/1989) erigiu a primazia do pênis – sugerindo que a sexualidade masculina seria o modelo da sexualidade humana – e que as mulheres seriam acometidas pela *inveja do pênis*.

A partir dessa breve discussão, podemos perceber que, por um lado, o discurso freudiano assumiu uma postura antiessencialista e crítica em relação à teoria da diferença sexual pautada no modelo anatômico-fisiológico (Birman, 2001), na medida em que evidenciou a importância da elaboração psíquica para o “tornar-se homem” e o “tornar-se mulher” (Nunes, 2002). Por outro lado, ele manteve a primazia do *falo* na

maior parte de sua obra, da mesma forma em que a sexualidade feminina permaneceu sendo concebida como eminentemente faltosa (Nunes, 2002), o que indica que o discurso freudiano foi marcado pela herança patriarcal (Neri, 2002).

Para elucidarmos alguns desdobramentos éticos a esse respeito, nos valeremos de mais duas discussões, a saber: sobre o declínio do modelo do patriarcado hoje e como o conceito de *feminilidade*, em 1937, contribui para pensarmos as novas modalidades de erotização. Pois, como ressalta Birman (2002), apesar do paradigma fálico atravessar até hoje a tradição psicanalítica pós-freudiana, Freud rompeu com ele no final de seu percurso teórico, quando deixou de pensar a *feminilidade* como uma “derivação acidentada da masculinidade fálica” (Birman, 2002, p. 8).

A feminilidade como resposta aos imperativos performáticos e performativos

Para compreendermos a importância das questões colocadas pela transexualidade à psicanálise, não podemos deixar de abordar a discussão que se coloca hoje sobre o primado do simbólico. Por exemplo, segundo Birman (2006), observamos um esvaziamento do modelo do patriarcado na atualidade, o que coloca em questão a hipótese lacaniana do Nome-do-pai como um significante de exceção.

O autor relembra que Lacan, em 1953, operou um deslocamento entre a tópica fundada no imaginário para uma que se centraria no simbólico. O registro simbólico, a partir da linguagem, funcionaria como uma espécie de mediação do sujeito em relação ao espaço social, na medida em que o retiraria da relação meramente especular com as imagens materna e fraterna. Birman (2006) relembra, ainda, que a configuração familiar moderna, constituída entre o século XVIII e XIX, foi concebida como uma dimensão transgeracional, o que permitiu a inscrição histórica do Nome-do-pai. Isto significa, em sua perspectiva, que a hipótese lacaniana é correlata à ética e à política do patriarcado, na medida em que funda uma hierarquia na qual a condição masculina triunfa sobre a feminina. Neste sentido, a hipótese do autor consiste em pensar que os movimentos feministas, dos *gays*, dos transexuais evidenciam que o modelo do patriarcado está sendo colocado em questão, o que traz algumas questões para o campo psicanalítico.

Como discutimos anteriormente, algumas leituras psicanalíticas, a respeito da transexualidade, vêm se tornando alvos de críticas de pensadores, como de Judith Butler. No entanto, é importante sublinharmos que esta filósofa reconhece a importância teórico-clínica da psicanálise, sobretudo, dos estudiosos das teorias de relações de objeto e da psicanálise relacional⁷. Ademais, a autora positiva algumas contribuições freudianas, sobretudo, o ensaio “Pulsões e seus destinos”, por evidenciar que a pulsão não é passível de ser capturada integralmente pelo psíquico e que ela não é redutível ao registro somático. Esse tipo de formulação lhe parece importante, na medida em que ela

⁷ No que concerne a isso, ele menciona alguns psicólogos clínicos do Programa de Pós-Graduação da New York University, como Dianne Ehrenreich, Adrienne Harris, Ken Corbett, Muriel Dimen e demonstra apreço, também, por Françoise Dolto por demonstrar que a morfologia corporal pode ser vivenciada de formas múltiplas.

acredita que a compreensão acerca dos transgêneros deve ultrapassar a ideia de que a condição biológica deve se converter para uma condição social.

No intuito de enriquecemos o debate acerca da construção de novos olhares sobre o sexual, daremos enfoque ao conceito de feminilidade, enunciado em 1937, pois foi, a partir desse momento, que Freud indicou de forma efetiva que a psicanálise poderia tomar uma direção teórica oposta ao modelo do patriarcado (Birman, 2001).

Um primeiro ponto importante é que a feminilidade só ganhou um estatuto teórico propriamente dito em “Análise terminável e interminável”, quando Freud (1937/1975) repensou o complexo de castração para o sexo feminino e masculino, ao afirmar que “desde o início, “repúdio da feminilidade” teria sido a descrição correta dessa notável característica da vida psíquica dos seres humanos” (Freud, 1937/1975, p.285). Com isso, ele indicou que a feminilidade estaria na matriz da ordenação sexual tanto feminina quanto masculina – sem se identificar especificamente com nenhuma dessas – e que ela “pairaria como uma sombra de horror sobre homens e mulheres, que teriam de perder o falo com referência constitutiva do seu psiquismo” (Birman, 2002, p.8-9). Isso significa que a feminilidade remete a um registro psíquico no qual a referência fálica não está presente, diferentemente do masculino e do feminino que são perpetuamente constituídos pela lógica fálica:

A feminilidade, portanto, é uma característica comum a homens e mulheres, e não algo que constitui apenas para o sexo feminino. É dessa forma que Freud confere à feminilidade um estatuto originário e universal, e a situa no âmago de nossa cultura e, conseqüentemente, do processo de subjetivação que diz respeito a homens e mulheres, já que é uma experiência determinante para a constituição dos indivíduos como sujeitos sexuados. (Nunes, 2002, p. 55)

Em suma, na maior parte do texto freudiano, o *falo* apresentou-se como o operador *princeps* da sexualidade infantil e como uma invariante do signo de perfeição, de modo que a feminilidade só podia ser pensada de forma negativa e imperfeita, sobretudo, por estar na fronteira do rochedo da castração (Birman, 2002). Neste sentido, a grande virada de 1937 foi que a feminilidade passou a ser considerada como aquela que estaria na origem do psiquismo, o que significa dizer que ela remete a um momento anterior à inscrição do falo (Birman, 2001). Desse modo, tanto a condição masculina como a condição feminina podem ser consideradas modalidades de defesa em relação à feminilidade. Segundo Nunes, (2002) a separação entre a figura da mulher e a feminilidade revela que o discurso freudiano rompeu com o sistema de pensamento que concebia a diferença entre homens e mulheres como naturais, por isso, é importante elucidarmos a diferença conceitual que há entre o *feminino* e a *feminilidade*:

O feminino (*weiblich*) se refere à posição feminina na dialética fálica que instaura a diferença masculino-fálico-atividade/ feminino-castrado-passividade, a sexualidade feminina (*weiblich sexualitat*) designa o destino da sexualidade da mulher na lógica fálica e a feminilidade (*weiblichkeit*) indica um erotismo não mais regulado pela lógica fálica, deixando à mostra um eixo de subjetivação, erotização e sublimação que

inaugura novas possibilidades de inscrição do sujeito na cultura como singularidade e diferença (Neri, 2002, p. 30).

Ao evidenciar um registro psíquico que não é fundado no falo, nem como referente nem como referência, Freud reinseriu o desamparo e o excesso pulsional na problemática sexual. Isto significa que a pulsão como força e a enunciação do conceito de pulsão de morte (Freud, 1920a/1976) foram cruciais para a construção do conceito de feminilidade (Birman, 2001). Ademais, isso propiciou a retomada do excesso pulsional como o marco fundador da subjetivação, o que havia ficado oculto enquanto o texto freudiano estava voltado para a primazia fálica (Nunes, 2002). Outro elemento importante que contribuiu para a construção do conceito de feminilidade é o masoquismo originário no qual o referencial fálico, como mediador e operador do desejo, não se faz presente: “a feminilidade seria, enfim, um outro nome para denominar o masoquismo erógeno, maneira do sujeito lidar com as intensidades e com as forças pulsionais, sem se valer e precisar necessariamente do referencial fálico” (Birman, 2001, p. 240).

Segundo Nunes (2002), a identificação também contribuiu para a formulação do conceito de feminilidade, pois evidenciou que a masculinidade e a feminilidade não seriam definidas por uma diferença natural, mas, sim, pela identificação psíquica com um modelo (Freud, 1920b/1976). Este é um aspecto importante, pois, como afirma Butler (2010), o campo das identificações é um caminho que a psicanálise poderia explorar mais para pensar a questão da transexualidade. A autora nos convida, assim, a construir uma olhar não universalista a respeito da inscrição do sujeito sexuado na cultura e a feminilidade parece ser uma chave de leitura bastante rica para isso:

Sua riqueza reside sobretudo no fato de Freud ter, com ela, escapado de uma concepção universalista. Isso permitiu à psicanálise não só reconhecer outras formas de subjetivação que não aquelas pensadas a partir do binômio fálico-castrado, como também deslocou a questão da sexualidade humana do paradigma da diferença sexual para um outro, centrado na ideia de singularidade. (Nunes, 2002, p. 56).

A partir das contribuições de Birman (2001), Neri (2002) e Nunes (2002), podemos observar a importância do conceito de feminilidade e, ainda, percebermos como esta pode ser entendida como a condição de possibilidade para a singularidade: “a experiência da feminilidade torna possíveis formas diferentes e singulares de subjetivação e de inscrição na ordem do discurso, abrindo espaço para novas possibilidades de criação” (Nunes, 2002, p. 56).

A afirmação da diferença pode permitir, neste sentido, que o sujeito sustente seu desejo sem se submeter às prescrições normativas e sem recorrer aos objetos fálicos e performáticos, mas, para isso, é preciso cessar a lutar contra a feminilidade, o que implica perder a nostalgia da verticalidade (Birman, 2013).

Considerações finais

Como afirmou Butler (2010), muitos ativistas resistem à psicanálise por acreditarem que ela está a serviço da normalização e da regulação social. Em sua perspectiva, muitos psicanalistas também resistem aos movimentos sociais, como se eles estivessem na exterioridade da *psique*, isto é, como se esta não estivesse inscrita em uma conjuntura sócio-histórica. A filósofa defende que este tipo de antagonismo é inútil, na medida em que a própria psicanálise pode formular um olhar crítico em relação aos processos de normalização e oferecer ferramentas para os movimentos sociais pensarem de forma mais consistente a identidade, o desejo e a solidariedade.

Tendo isto em vista, acreditamos que a partir da extração das consequências éticas e estéticas do conceito de feminilidade, a psicanálise pode contribuir para ressignificar o terreno da sexualidade. Isto é, por esse caminho, a psicanálise pode ajudar a pensar uma nova concepção do corpo social como um “espaço potencial comum de construção de singularidades (...) entendidas como formas de experimentação resistentes aos mecanismos de dominação identitária característicos da contemporaneidade” (Peixoto Junior, 2008, p. 200).

Como nos ensinou Foucault (1976/1977), onde há poder há resistência e os campos das *ambiguidades sexuais* (Morel, 2000) e das *sexualidades em devir* (Peixoto Junior, 2008) podem ser pensados como modalidades de resistência, na medida em que têm o potencial de produzir rupturas no tecido social e, ainda, de denunciar a fragilidade das normas de gênero (Bento, 2006). Evidentemente, a sustentação da singularidade não é uma tarefa fácil, sobretudo, porque vivemos em um contexto cultural marcado pelo imperativo da homogeneização, mas não é por isso que devemos desistir de abrir espaços de diversidade e singularidade: “Sabe-se que as diferenças têm sido pouco toleradas no império masculino e do falicismo. Diante dessa constatação, a noção de feminilidade pode ajudar (...) a criar espaços para a diversidade, a alteridade e a singularidade” (Nunes, 2002, p. 57).

Para concluir, devemos sublinhar que pelas trilhas da feminilidade, a psicanálise pode romper com o modelo patriarcal e com a primazia fálica e é, a partir disso, que ela pode construir um olhar ético acerca das modalidades de erotização que não se enquadram no binarismo sexual. Afinal, ao “enunciar o sujeito da feminilidade, a psicanálise, portanto, aposta não no apagamento das diferenças, mas sim na afirmação de sujeitos irreduzivelmente singulares em sua diferença” (Neri, 2002, p. 34). E, considerando que o inconsciente sexual é historicamente construído, é fundamental retirá-lo da pretensão universalista e a-histórica para podermos pensá-lo no contexto pós-patriarcal (Birman, 2006).

Referências Bibliográficas

American Psychiatric Association. *DSM – IV – TR*: manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais. Disponível em: <http://virtualpsy.locaweb.com.br/dsm.php>. Acesso em 28 nov. 2013.

- Bento, B. (2006) Estudos de gênero: o universal, o relacional e o plural. In: *A reinvenção do corpo-sexualidade e gênero na experiência transexual* (pp. 69-108). Rio de Janeiro: Garamond.
- Birman, J. (2000). *Mal-estar na atualidade: a psicanálise e as novas formas de subjetivação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- _____. (2001). Do sexo único à diferença sexual. In: *Gramáticas do Erotismo: a feminilidade e as suas formas de subjetivação em psicanálise* (pp. 31-52). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- _____. (2002). Diferença, singularidade, pluralidade (pp.7-12.). In: *Feminilidades*. Org: Joel Birman. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria.
- _____. (2006). Genealogia do feminino e da paternidade em psicanálise. *Natureza Humana* v.8 n.1. São Paulo. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S151724302006000100005&script=sci_arttext Acesso em: 13 dez. 2013.
- _____. (2012). *O Sujeito na contemporaneidade: espaço, dor e desalento na atualidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- _____. (2013). Palestra de encerramento. In: *Colóquio Internacional Subjetividades e montagens corporais no mundo contemporâneo*. Evento organizado pelo Programa de Teoria Psicanalítica da Universidade Federal do Rio de Janeiro e pela Escola Doutoral da Universidade de Paris VII, 25 mai. 2013.
- Butler, J. (2010). Entrevista: Conversando sobre psicanálise: entrevista com Judith Butler (por Patrícia P. P. S. Knudsen). In: *Revistas Estudos Feministas*, vol. 18, n.1, jan./abr. Florianópolis. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_pdf&pid=S0104026X2010000100009&lng=en&nrm=iso&tlng=pt, Acesso em: 27 nov. 2014.
- _____. (2013). Entrevista: A filósofa que rejeita classificações (por Carla Rodrigues). In: *Revista Cult*, Ano 16, novembro.
- Castel, R. (1987). *A gestão dos riscos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- Czermak, M. (2012). *Patronímias: questões da clínica lacaniana das psicoses*. Rio de Janeiro: Tempo Freudiano.
- Dor, J. (1991). *Estruturas e clínica psicanalítica*. Rio de Janeiro: Livrarias Taurus-Timbre Editores.
- Folha Online. Cresce consumo de Viagra entre menores argentinos, diz pesquisa. In: *Folha Online*. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/bbc/ult272u540458.shtml>. Acesso em: 7 jun. 2014.
- Foucault, M. (1972). *A história da loucura na Idade Clássica*. São Paulo: Editora Perspectiva. (Original publicado em 1961).
- _____. (1977). *História da sexualidade I – A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal Ltda. (Original publicado em 1976).
- _____. (1992). *O que é um autor?* Lisboa: Ed. Passagens. (Original proferido em 1969).
- _____. (2006). O poder psiquiátrico: curso dado no Collège de France. São Paulo: Martins Fontes. (Original proferido em 1973-1974).

- _____ (2008.). *Segurança, Território, População*: curso do Collège de France. São Paulo: Martins Fontes. (Original proferido em 1977-1978).
- Freud, S. (1989). Três ensaios sobre a da sexualidade. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, vol.7. (pp. 127-228). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1905).
- _____ (1974). As pulsões e seus destinos. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, vol. 14. (pp. 137-162). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1915).
- _____ (1974). O mal-estar na civilização. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, vol. 21. (pp.81-171). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1930).
- _____ (1975). Análise terminável e interminável. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, vol. 23. (pp. 247-287). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1937).
- _____ (1976). Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, vol. 16. (pp. 309-320) Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1925).
- _____ (1976). Para além do princípio do Prazer. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, vol. 18. (pp. 17-85). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1920a).
- _____ (1976). A psicogênese de um caso de homossexualismo numa mulher. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, vol. 18. (185-212). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1920b).
- _____ (1976). O Ego e o Id. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, vol. 19. (pp. 23-83). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1923).
- _____ (1976). Inibições, sintoma e ansiedade. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, vol. 20. (pp. 107-201). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1926).
- _____ (2007). Neurose e psicose. In: *Escritos sobre a psicologia do inconsciente*, volume 3 (1923-1940) . Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1924a).
- _____ (2007). A perda da realidade na Neurose e psicose. In: *Escritos sobre a psicologia do inconsciente*, volume 3 (1923-1940). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1924b).
- Frignet, P. (2000). *O transexualismo*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.
- Lacan, J. (1982). *O Seminário. Livro 20 - “Mais, ainda”*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. (Original proferido em 1972-1973).
- _____ (1985). *O seminário, Livro 3: as psicoses*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. (Original proferido em 1955-1956).
- _____ (1999). *O seminário, Livro 5: as formações do inconsciente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. (Original proferido em 1957-1958).
- Laqueur, T. (1992). *La fabrique du sexe*. Paris: Gallimard.

- Leclaire, S. (1991). Em busca dos princípios para uma psicoterapia das psicoses. In: *Psicose: uma leitura psicanalítica*/ Chaim. S. Katz (et at.). São Paulo: Escuta. .
- Maciel Junior, A. (2005). O problema da escolha e os impasses da clínica da era do biopoder. In: A.M. Júnior; D. Kupermann, S. Todesco (Orgs.), *Polifonias: clínica, política e criação* (pp. 51-62). Contra Capa Livraria/ Mestrado em Psicologia da Universidade Federal Fluminense,
- Morel, G. (2000). *Ambigüités sexuelles. sexuation et psychose*. Paris, Coll. Psychanalyse Anthropos.
- Neri, R. (2002). O encontro entre a psicanálise e o feminino: singularidade/diferença. In: J. Birman (Org.), *Feminilidades* (pp.13-34). Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria.
- Nunes, N. (2002). O feminino e seus destinos: maternidade, enigma e feminilidade. In: J. Birman (Org.), *Feminilidades* (pp.35-57).. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria.
- Peixoto Junior, C.A. (2008). Sexualidades em devir. In: *Singularidade e subjetivação: ensaios sobre clínica e cultura* (pp. 113-133). Rio de Janeiro: 7 letras/ Editora PUC-Rio.
- Perelson, S. (2007). *A mudança de sexo: engodo ou direito?* Disponível em: http://www.fundamentalpsychopathology.org/uploads/files/iii_congresso/mesas_redondas/a_mudanca_de_sexo.pdf. Acesso em 13 nov. 2013.
- Pinto, J.P. (2013). O percurso da performatividade. In: *Revista Cult*, Ano 16, novembro.
- Russo, J.; Venâncio, A.T.A. (2006). Classificando as pessoas e suas perturbações: a “revolução terminológica” do DSM III. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, IX, 3, (p. 460-483). Disponível em: https://www.psicopatologiafundamental.org/uploads/files/revistas/volume09/n3/classificando_as_pessoas_e_suas_perturbacoes_a_revolucao_terminologica_do_dsm_iii.pdf. Acesso em: 12 nov.2013.
- Vieira, M. A. (2007). *Lições da Psicose – Schreber e a bengala*. Disponível em: http://www.litura.com.br/curso_repositorio/licoes_da_psicose_iii_a_schreber_pdf_1.pdf. Acesso em: 27 nov. 2014.

Submetido em julho de 2014

Aceito em novembro de 2014